Campininha das Flores: narrativas de um drama social

Campininha das Flores: narratives of a social drama

Arthur Pires Amaral

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1878>

DOI: 10.4000/pontourbe.1878

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Arthur Pires Amaral, « Campininha das Flores: narrativas de um drama social », *Ponto Urbe* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 31 julho 2008, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1878> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1878

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© NAU

Campininha das Flores: narrativas de um drama social

Campininha das Flores: narratives of a social drama

Arthur Pires Amaral

Introdução

As narrativas de alguns dos escritores locais que viveram suas infâncias e/ou adolescências em Campinas, contidas em suas memórias escritas, evidenciam os diferentes sentidos adquiridos por esse espaço social e, ao mesmo tempo, atribuídos a ele por seus personagens. O que as narrativas pessoais sobre Campinas revelam é o drama pessoal e coletivo envolvendo uma localidade que se movimentou historicamente das condições de arraial (a partir de 1810), vila e município emancipado (em 1907) para bairro da nova capital de Goiás: Goiânia, nos anos 1930. As histórias sobre Campinas envolvem várias lembranças contadas por aqueles que viveram as passagens e as mudanças desse espaço.

Se nos planos político, administrativo e territorial Goiânia era uma só, essa condição não era percebida na realidade cotidiana de goianienses e de campineiros: rivalidades, disputas, controvérsias e inimizades eram sentimentos que revelavam a existência simbólica de duas comunidades distintas. Bastante envolvidos com a perda progressiva da importância da Campininha das Flores¹ ou absorvidos pela trama modernizadora (construída pelos discursos e projetos oficiais) da capital goiana, os escritores afirmam os seus vínculos pessoais com Campinas, restituindo por meio de suas próprias memórias, a memória desse lugar vivido, imaginado e lembrado. Tudo isso nos faz pensar no sentido dessas literaturas de recordação.

Dessa forma, meu objetivo neste artigo será analisar o impacto conflituoso da construção de Goiânia sobre os antigos moradores de Campinas, bem como as fases e a sequência desse processo de distúrbio da vida social na região. E tudo isso sob o ponto de vista dos dramas sociais, conforme elaboração de Victor W. Turner em: *Schism and Continuity in an African Society: a study of ndembu village life* (1957), *Floresta de Símbolos: aspectos*

do ritual ndembu (2005) e *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society* (1974).

Entretanto, deve-se ter em mente que o drama social que será aqui abordado possui uma característica específica. Ele não se refere às consequências do descumprimento de uma norma de regulação da vida social de um grupo, por indivíduos pertencentes a esse mesmo grupo. Mas sim, se reporta à seguinte situação: inicialmente há apenas um grupo (Campinas). A partir dos anos 1930, um segundo grupo (Goiânia) passa a dominar e a agregar o primeiro ao seu território. Mas Goiânia não permite que outra identidade (a campineira) – que não é a sua própria – seja homogênea. Para tanto, ela impõe ao grupo dominado um rito de passagem² de tal maneira que os seus habitantes se tornem goianienses.

Objetivo também demonstrar que o processo social que constitui o drama social desses antigos campineiros, é constituído por quatro fases de ação pública (cf. Turner, 1957); a saber:

- I. A quebra de certas relações sociais estabelecidas e regulamentadas;
- II. A crise (propriamente dita) mais ampla em todo o grupo, na qual metáforas são produzidas, demarcando fronteiras. Além disso, conflitos de interesse latentes se tornam manifestos;
- III. Medidas compensatórias são tomadas para evitar a difusão da crise e, portanto, restabelecer o equilíbrio no interior do grupo;
- IV. A (re)integração dos dissidentes na estrutura social.

No caso aqui referido, ver-se-á que os líderes políticos de Goiânia utilizaram como redressive mechanisms (III) determinadas ações jurídicas, políticas, econômicas e culturais, as quais fizeram diminuir ou domesticar o bairrismo campineiro das primeiras décadas da nova capital.

Além disso, procuro mostrar que este drama social também comporta um rito de passagem que obedece à seguinte sequência (Turner, 1974):

- I) Separação: retira-se do indivíduo (ou grupo) a autoridade social e o seu status quo na estrutura a que pertence;
- II) Período liminar: no qual a sociedade toma conhecimento de si e os iniciados aprendem sobre a estrutura social em que, no momento, estão dentro e fora ao mesmo tempo, através da manipulação de símbolos que dão maior inteligibilidade a experiências que estão além do alcance da expressão linguística. É uma fase instrucional e antiestrutural (de crítica). Aqui os iniciados estão fisicamente e simbolicamente marginais; possuem uma identidade ambígua, além de poderem se sentir como se fizessem parte de uma comunidade unida e ampla de camaradas e iguais (*communitas*), na qual as marcas estruturais de diferenciação estão suspensas;
- III) (Re)agregação: (re)entrada do sujeito ritual na sua estrutura social com um status diferente do anterior.

Para finalizar, é preciso considerar que os dramas sociais e o rito de passagem aqui envolvidos se referem não a uma única estrutura social mas sim, a duas: uma antiga estrutura – a da “Campininha das Flores”, que existia antes do surgimento da nova capital e, de certa forma, durante os primeiros anos desta – e uma nova estrutura – representada por Goiânia.

A nova e *moderna* capital de Goiás em terras da Campininha: a idealização e a implementação legal de Goiânia

As origens de Campinas são bem anteriores à fundação de Goiânia. Sua história remonta “ao ano de 1810, quando o alferes Joaquim Gomes da Silva Gerais, natural de Meia-Ponte [hoje Pirenópolis], de passagem pela região, rumo às ricas minas [de ouro] de Anicuns, resolveu ali fixar-se e formar uma fazenda, atraído pela magnificência de suas terras” (Campos, 1985, p. 15). Desde então, várias famílias de São Paulo, Minas Gerais e de outras localidades da antiga Província de Goiás começaram a se estabelecer no que vinha a se constituir o arraial das Campininhas das Flores, subordinado à Vila de Bonfim (atual Silvânia) e à Vila de Bela Vista até o ano de 1907, quando se deu a sua emancipação e municipalização (Melo, 1998, p. 71).

Aliado ao clima interiorano de Campinas – a hospitalidade; a preservação dos costumes e tradições herdados em família; a forte religiosidade; a tranquilidade do dia-a-dia; a identificação do indivíduo com os valores coletivos; a ideia de comunidade; os frequentes bate-papos entre as pessoas nas ruas, casas, praças, nos bares etc. – temos a presença marcante e transformadora da Igreja Católica na região, por meio de sua influência sociopolítica e cultural com a chegada dos padres redentoristas alemães, em dezembro de 1894, e das religiosas alemãs da Congregação Franciscana em 1922, dando origem ao Colégio Santa Clara, próximo ao antigo largo da Igreja Matriz e do Convento dos Padres (atual Centro Cultural Gustav Ritter).

A política intervencionista de Vargas, representada pela Marcha para o Oeste, trouxe consigo não somente uma nova perspectiva administrativa, mas, sobretudo, um novo viés ideológico caracterizado pelas idéias de nacionalismo, urbanização, progresso e modernização. A construção de Goiânia deveria, portanto, responder a esses ideais. Através do decreto nº 2.737, de dezembro de 1932, Pedro Ludovico nomeia “uma Comissão [...] para escolher o local no qual se viria edificar a nova cidade” (Campos, op. cit., p. 45). Os técnicos designados por essa Comissão apresentaram em março de 1933 um relatório a favor da escolha da antiga Campininha das Flores, baseando-se em critérios topográficos, hidrográficos e climáticos:

Situada numa extensa e vasta planura, [...], circundada pelos rios Meia Ponte e Anicuns e o ribeirão Cascavel, Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna. [...] Concluímos que para o abastecimento d’água dever-se-ia recorrer ao córrego Cascavel ou ao rio Anicuns, não somente pela abundância das águas, como também pela sua maior proximidade dos reservatórios. [...] Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e sua topografia, das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótima cultura, toda coberta de matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade (apud Manso, 2001, p. 69).

Juntamente com o relatório da comissão, o interventor estadual levou em consideração o parecer final do engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy – reconhecido nacionalmente e a par dos conceitos e técnicas do urbanismo internacional de sua época. Para Godoy, a natureza dadivosa e a localização de Campinas tornavam este espaço o mais adequado para a fundação de uma moderna cidade. A partir de então, Pedro Ludovico

decide “escolher o município de Campinas como o local onde se construiria a nova capital do Estado de Goiás” (Manso, op.cit., p. 80).

Os escritores locais, aqui abordados (Teles, 2005, 2006 e 2008; Melo, 1998; Pereira, 2006; GOMES, 2002), viveram suas infâncias e/ou adolescências num período crítico para a história e a memória de Campinas: décadas de 1940, 50 e 60. Crítico porque a região acabara de perder seu status de município por meio dos decretos: 1) nº 3.359, de maio de 1933 e que determinava a região onde se edificaria a nova capital do Estado de Goiás, compreendendo uma vastidão de propriedades pertencentes a Campinas; 2) nº 327, de agosto de 1935, fundindo “os municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios de Anápolis, Bela Vista e Trindade, que passam a constituir o município de Goiânia” (Campos, 1985, p. 46), e 3) nº 1.816, em 23 de março de 1937, o qual oficialmente transferia a nova capital do estado para Goiânia. Decretos estes baixados pelo então interventor Pedro Ludovico Teixeira, braço forte em Goiás do novo poder político que se instaurara no Brasil a partir da Revolução de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas.

Campinas e Goiânia: a coexistência do orgulho e da rivalidade

As memórias dos escritores analisadas neste artigo se referem a um período logo após Campinas ter deixado sua condição político-administrativa e territorial de município para se transformar, a partir de 1936, em bairro de Goiânia. No entanto, a desconstrução simbólica deste espaço, da sua memória coletiva, sua história e identidade, não aconteceu de um dia para outro através de decretos-leis impostos pelo governo estadual sobre a região e sua população. E os livros de recordações destes escritores locais dão o testemunho de um passado campineiro e dos costumes presentes na Campininha de outrora, que se mantiveram na época acima citada, apesar da invasão modernizadora e futurística advinda com a construção da nova capital – o Eldorado no sertão do Planalto Central brasileiro, como assegurava o discurso oficial.

O interessante nessas narrativas-recordações é notarmos o duplo aspecto que a construção de Goiânia representou para os escritores e, mais amplamente, para o pensamento coletivo dos moradores de Campinas.

De um lado, a nova capital do estado é vista como promessa de esperança de um futuro promissor para Goiás, cuja presença, até então, era inexpressiva no cenário nacional. Como Goiânia surgiria do nada, do sertão bruto, era preciso um apoio para a consolidação do grande empreendimento. Aí entra em cena a Campininha: sua população receptiva e sua rica natureza representaram motivo de orgulho para esta região que, num primeiro momento, acolheu em sua modesta infraestrutura a Diretoria Geral do governo estadual, seus funcionários, os pioneiros de Goiânia e suas famílias. Residências e grandes extensões de terras férteis (propriedades da população campineira mais abastada) foram doadas, vendidas ou desapropriadas para que se alojasse todo esse pessoal. Esse orgulho é visto em expressões-metáforas utilizadas pelos escritores locais:

CRONICAS DA CAMPININHA (Teles, 2006):

Campinas [...] o *bairro-mãe* de Goiânia (p. 72).

Campinas **embalou** Goiânia **no colo** (p. 28).

Do cofre da vida (Melo, 1998):

Esta será uma cidade digna das *invenções mais modernas* (p. 65).

Goiânia sairá de Campinas e se mostrará ao mundo, com sua gente e sua cultura (p. 65).

É [...] bastante remota a condição de *forjadora do futuro*, com que sempre foi citada a nossa *Campininha*, onde tudo começou na *história moderna* de Goiás (p. 72).

[...] uma época em que nossa cidade era apenas um enorme “*canteiro de obras*” da *nova capital*, [...] era um grande “*mutirão de progresso*” (p. 152).

Muita coisa mudou daquele tempo pra cá [em *Campinas*], mas aqueles tempos continuam ali, parte viva e *célula raiz da grande Goiânia* de hoje (p. 152).

Goiânia era mais importante, lógico. [...] mas a *Campininha* é eterna, pois sempre soube cumprir seu papel de apoio à cidade que estava e continua sendo construída (p. 166).

Estas propriedades deverão cumprir *seus deveres maiores para com a pátria* e receber o grande contingente humano que para cá se dirigirá com a construção da nova capital, e então estará, *ai sim, cumprindo seus desígnios sagrados de terra abençoada*. Campinas haverá de ser amanhã a Grande Goiânia de todos os goianos. Ela *tem um destino maior e invejável* (depoimento de Pedro Ludovico Teixeira, segundo o autor, p. 187).

NOTÍCIAS HISTÓRICAS DO BAIRRO DE CAMPINAS (Campos, 1985):

Campinas cumpriu seu *destino histórico*: ser a base para o início de um “*novo tempo*” – Goiânia (p. 47)³.

Por outro lado, entretanto, a consolidação e o crescimento da capital implicaram numa desvalorização ininterrupta da região de Campinas, não somente porque esta perdera sua autonomia enquanto município, mas também porque sua memória social estava constantemente sendo engolida e esquecida pelo discurso do novo, do moderno, do progresso e do futuro. Vive-se então o momento em que a filha (Goiânia) rebela-se contra a mãe (Campininha) gerando, assim, um sentimento de rancor entre ambas: os habitantes de cada um destes espaços não mais se identificam uns com os outros; conseqüentemente, ocorre a divisão em dois grupos que se veem diferentes e rivais. Este sentimento de rivalidade faz com que, inicialmente (décadas de 1940, 50 e 60), a nova cidade seja concebida no imaginário popular não como uma unidade, mas sim, como uma tensão: Campinas x Goiânia.

Em várias passagens, os escritores locais demonstram essa separação problemática – expressa muitas vezes através daquilo que chamamos de sentimento bairrista – que, no plano da experiência concreta, ocorrera de fato. Vejamos:

(Teles, 2006):

Morando no bairro de Campinas, vim várias vezes a Goiânia, à noite, no ‘pé-dois’, para cantar na janela de minha amada. [...] *Naquela quadra* [época] *Goiânia e Campinas* viviam dois mundos à parte. *Campinas* carregava as honras de ter cedido as terras para a edificação da nova Capital, e, por isso, a sua *sociedade era fechada*, as famílias tradicionais, extremamente religiosas. E a nova geração de *Goiânia* procurava ridicularizar os campineiros, daí as desavenças levadas até para o campo esportivo, onde o Atlético [time de futebol dos campineiros] desafiava o time oficial de *Goiânia* [...]. Pois bem, o moço *goianiense*, quando chegava no fim de semana, dizia para os amigos, mostrando machismo: – Hoje é sábado, vou a *Campinas* trocar óleo! (p. 39-41).

[...] *querem acabar com meu Atlético, o glorioso dragão campineiro* [...] *Querem fundi-lo com o [time do] Goiânia*, e já arranjaram até um nome: *Goiânia Atlético Clube*! Era só o que faltava. [...] *O Atlético tem berço, tem história, tem tradição, e tem torcida, principalmente, a grande massa campineira que carrega o rubro-negro no sangue e na alma*. [...] É um absurdo, é um atentado à história de um dos times mais tradicionais do Estado! Reage, galera atleticana! Estão querendo destruir uma história, uma vida. [...] *O Atlético* é do povão, é da torcida, e mais, é de *Campinas*, o *bairro-mãe de Goiânia* (p. 71-72).

Desta vez a lembrança busca o Jôquei Clube de meu tempo [...]. Eu disse Jôquei de meu tempo, apenas numa visão histórica, porque o *Jôquei mesmo estava em Goiânia, e eu estava em Campinas, a Campininha do Colégio Santa Clara [...]. Campinas de lá, Goiânia de cá [...]. Tenho tantas lembranças desse Jôquei que não era meu. [...], pois lugar de campineiro era em Campinas, e a piscina do campineiro era a do Peclat, no Toquinho ou no Lago das Rosas, aos domingos* (p. 121-122).

Para o *cidadão campineiro de meu tempo* a rotina dominical era quase sempre a mesma: missa das oito na Matriz, futebol à tarde (jogo do Atlético) e sessão das oito no Cine Campinas. Ou então, *um vai-e-vem bem programado na Av. Anhangüera, em Goiânia. Mas, aí, já implicava em pegar ônibus e sujeitar-se a caminhar sozinho, porque as meninas de Goiânia não davam bola para campineiros. A gente era conhecido pelo cheiro (da poeira), pelo vestuário e o gingado malandro* (p. 123-124).

(Melo, 1998):

Os habitantes da Campininha eram operários, comerciantes, estudantes; enquanto que os *rapazes de Goiânia eram chamados de almofadinhas*, pois eram, na maioria, filhos de políticos ou funcionários públicos (p. 40).

Aos poucos foram chegando gente e costumes diferentes. “A Campininha foi se achegando prás bandas lá do Lago das Rosas, querendo entrar em território da Capital em construção”, dizia João Cego, famoso e simpático “pedidor de esmolas”. [...] Os passeios na Avenida Anhangüera, lá no centro urbano da Capital, *começaram a levar os rapazes da Campininha famosa, e bem assim muitas de nossas belezas femininas começaram a dar preferência aos “alinhadinhos” de Goiânia e gerando uma forte antipatia entre os dois aglomerados urbanos* (p. 165)⁴.

Antes de prosseguirmos, deve-se ressaltar que estes escritores dedicam um grande espaço em suas narrativas para comentarem sobre a importância do time de futebol do Atlético e dos seus jogadores para os seus torcedores-moradores de Campinas. Mas, na realidade, o que está subentendido nessa exaltação ao Atlético parece ser uma expressão específica da rivalidade entre campineiros e goianienses.

Em sua descrição densa sobre a briga de galos em Bali, Geertz (1989, p. 185-213) afirma que grande parte de Bali se revela nessa disputa, pois o que está em jogo (de fato) é a estrutura social das relações de status entre os diferentes grupos balineses. A necessidade que os balineses têm de afirmar o seu prestígio, de defendê-lo, celebrá-lo e justificá-lo talvez seja a força impulsionadora central desse jogo absorvente. A briga de galos seria, enfim, a “celebração da rivalidade do status” (Op. cit., p. 193) e a expressão simbólica de uma agressão aberta, direta, interpessoal e intergrupar: “É apenas na aparência que os galos brigam ali – na verdade, são os homens que se defrontam” (Op. cit., p. 188).

Ao descrever o contexto e a sua lembrança de uma partida entre os times do Atlético e do Goiânia, no estádio do primeiro (chamado Antônio Aciolly), Ribeiro Pereira (2006, p. 64-68) argumenta que a “rivalidade entre os clubes era uma questão de raízes, de estatuto (?) social” (Op. cit., p. 66) e que aquele jogo era um palco onde “raça, rivalidades, complexos, se confundiam naquele abraço mortal entre duas comunidades diferentes” (Op. cit., p. 67). Destas recordações podemos entrever as disputas, controvérsias e inimizades entre os moradores da Campininha e aqueles que viviam na região central de Goiânia, bem como as representações sociais – por vezes, pejorativas – que uns faziam dos outros. Sigamos o esquema abaixo (citações retiradas de Pereira, 2006):

Esquema 1

A destruição dos espaços-metáforas em nome do novo e do atual

O sonho da Goiânia moderna e progressista transforma-se em pesadelo para o bairro-mãe. O desenvolvimento da nova capital de Goiás chegou aos poucos na Campininha. Entretanto, a sua chegada foi devastadora. Seus lugares-de-memória passaram a ser invadidos e destruídos: casas, bares, praças, prostíbulos e cinemas⁵ perdem espaço para a explosão desgovernada dos comércios varejista e atacadista. Ruas e avenidas que antes seguiam um padrão:

As ruas da minha campininha eu as carrego na memória: Sergipe, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Paraná, Paraíba, Ceará e Mato Grosso, homenageando os Estados brasileiros; Anápolis, Bonfim, Jaraguá, Rio Verde, Santa Luzia, Ipameri, Pouso Alto e Catalão, homenagem às cidades goianas. Há, também, referência a republicanos históricos: Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, também à fundação de Goiânia: Avenida 24 de Outubro (Teles, 2006, p. 85),

tiveram, muitas delas, seus nomes modificados conforme projetos de lei de vereadores goianienses. Além disso, a grande concentração de automóveis e pedestres no trânsito da região perturbou sua tranquilidade, a vida pacata e modesta de seus moradores, com a correria, a agitação e a poluição (sonora, visual e do ar) vindas como ecos do crescimento financeiro, imobiliário e especulativo de Goiânia.

Os rios campineiros, como o Anicuns, o Cascavel, o Botafogo e o Meia-Ponte, transformaram-se em esgotos a céu aberto, recebendo os dejetos doméstico, comercial e industrial diariamente. Rios estes marcantes nas lembranças dos escritores, numa época em que a pureza de suas águas permitia os banhos refrescantes, a abundância de peixes e, especialmente, as brincadeiras infantis e toda imaginação que elas comportam.

Os escritores da Campininha recorrem, e muito, aos seus lugares-de-memória para que suas lembranças lhes/nos apareçam de forma mais viva, reconhecíveis, detalhadas e sentidas. E mais, podemos notar que suas recordações são constituídas por imagens-movimento, ou seja, há uma ligação inevitável entre lugares e ações.

A crônica Metáforas da Campininha (2006, p. 61-62) é um exemplo disso. Nela, J. M. Teles descreve variados lugares do seu passado na região – os quais se definem, para ele, como espaços-metáforas – e as ações (agora lembradas) a elas associadas. Citemos algumas das imagens-movimento presentes em todo o seu livro, mas que estão mais bem destacadas nessa narrativa:

LUGARES	AÇÕES
Grupo Escolar Henrique Silva (na Avenida Minas Gerais)	O florescer da puberdade e as aulas com a bela professorinha
Avenida Bahia	A prostituição nos diversos bordéis, grande movimentação de homens e boemia

Farmácia do seu Augusto (na Avenida 24 de Outubro)	Tomar penicilina para acabar com a gonorreia; os desfiles oficiais
Barraquinhas da Igreja Matriz	Paqueras, namoros e declarações de amor
Colégio Santa Clara	Presença das alunas (internas) tão fantasiadas pelos meninos da região; sonhando com amores impossíveis e impedidos pelos muros da escola e pelas “freiras-guardiãs”
Igreja Matriz de Campinas	Confissões de pecados, centralização da espiritualidade local
Campo de futebol do Atlético	Sonhar em ser um grande e famoso jogador

Esquema 2

Outro caso exemplar está na crônica São Lembranças (Melo, 1998), na qual o narrador resume a importância da localização espacial das recordações:

A citação de locais, pequenas partes da cidade, já quase esquecidas, ou destruídas pelo progresso, aos quais me refiro com enorme respeito e amor, tem apenas a intenção de situar geograficamente, momentos e emoções especiais, e assim dar um clima de humanização a acontecimentos que julgo marcantes pelo menos para aqueles que os viveram. Afinal foi um tempo que não passou e que sabemos está impregnado nas velhas paredes, muros, praças, ruas e pessoas da época (p. 152, grifos meus).

A memória (individual e coletiva) está inscrita nos lugares, nas pessoas, nos documentos e nas histórias orais do grupo. Estes se tornam monumentos-de-memória de um passado inesquecível e constantemente presente para aqueles que o vivenciaram, e, por isso, desejam que ele não caia no esquecimento.

O tempo narrado como uma fase liminar

As lembranças dos narradores da Campininha não expressariam uma fase liminar de suas vivências naquela região? Será que elas não resgatam também a existência, durante essa liminaridade, de uma consciência e um sentimento de unidade e homogeneidade/identidade comum, isto é, de pertencimento a um coletivo amplo e não diferenciado?

Sentimentos bairristas acabam minimizando as fortes diferenças e hierarquias existentes na realidade cotidiana das estruturas sociais. As narrativas mostram que homens e mulheres; adultos e crianças; pobres ou não; vagabundos, gente comum, personalidades locais e prostitutas, são todos considerados campineiros – uma espécie de comunidade de camaradas e iguais. Mas aqui, há um ponto em comum e outro não nas relações que definem este estatuto campineiro.

Por um lado, a consanguinidade não é um valor que determina o pertencimento ao local e a identidade com os demais nativos – Ivo de Melo nasceu em Catalão; José Mendonça

Teles, em Hidrolândia e Horieste Gomes, em Igarapava-SP. Todos não naturais de Campinas, com famílias estabelecidas em outras regiões e cujos pais migraram para lá após o nascimento destes autores. Por outro lado, o morar em Campinas ou ser um ex-morador que não abandona suas raízes definem o status. Ou seja, se para os escritores o bairrismo referente à Campininha produz e é constituído por uma série de relações sociais que expressam um sentimento de comunidade, então o fator localização é um determinante nessa classificação. É necessário ter vivido lá para experimentar tal sentimento.

E mesmo certas manifestações atuais de bairrismo, permeadas de elementos de passados distantes, não são gratuitas. Se a construção de Goiânia representou um paradigma diferente, que concorreu e “venceu” o paradigma estabelecido (o da população de Campinas), de tal modo a eliminá-lo, então o renascimento da identidade cultural do lugar/tempo esquecido torna-se uma realidade inevitável: no interior da rígida e repetitiva estrutura social (goianiense) houve um reavivamento de uma experiência pulsante.

Consideremos o esquema abaixo:

Esquema 3

Onde,

(1): O município de Campinas antes da escolha da região-sede da nova capital – Período: de 1810 (quando ainda era um arraial), passando por 1907 (sua emancipação), a fins da década de 1920.

(2): O governo estadual, por meio de decretos-leis, decide que a nova capital será construída em territórios de Campinas. A região perde sua condição político-administrativa de município, tornando-se um bairro de Goiânia. Período: anos 1930.

(3): Inauguração de Goiânia. Conclusão das obras do plano-diretor da cidade. Investimentos econômicos voltados, prioritariamente, para a região central da cidade, na qual se concentravam: as sedes dos governos municipal e estadual; repartições públicas; hotéis; as principais avenidas e uma grande massa de trabalhadores/construtores da capital. Os escritores locais moram em Campinas. Período: décadas de 1940, 50 e 60.

(4): O projeto mudancista foi executado com êxito. Forte aproximação física e simbólica entre as novas construções de Goiânia e as pré-existentes (casas, comércio, praças e ruas) na antiga Campininha das Flores. Maior intercambialidade social, comercial e trabalhista entre estes dois espaços – Goiânia se mistura a Campinas, e vice-versa. Período: anos 1960, 70 e posteriores.

(5): Alguns dos ex-moradores de Campinas decidem publicar suas memórias – fundamentadas nas lembranças de infância e/ou adolescência, quando viviam na região durante a situação (3) – em jornais, artigos de revistas e livros. Período: fins da década de 1980, e anos 1990 e 2000.

Tendo em vista os três estágios dos ritos de passagem (Turner, 1974 e 2005), façamos as seguintes considerações:

Durante o período (2), os habitantes da antiga Campininha das Flores são separados dos arranjos padronizados de papéis e status definidos por essa antiga estrutura social (1);

A fase (3) pode ser vista como um período liminar. Aqui a identidade de nossos narradores (enquanto personaeliminares) apresenta um caráter duplo e ambíguo: são e não são campineiros; estão dentro e fora de Goiânia. Enfim, eles são, ao mesmo tempo, não-mais-classificados como campineiros e ainda-não-classificados como goianienses. A partir deste momento, novas metáforas começam a surgir no imaginário local demarcando, assim, interesses, expectativas e controvérsias⁶. Como toda a atenção política e operacional⁷ estava voltada para a região central de Goiânia, espacial e simbolicamente Campinas e seus moradores se encontravam numa situação marginal (ver Esquema 1). Além disso, há o surgimento de sentimentos bairristas envolvendo: a) ideias acerca da existência de um companheirismo e uma comunhão vivida entre o coletivo dos habitantes da região; b) críticas à nova estrutura social que passa a englobar a antiga, e c) reflexões dos campineiros sobre a sua própria identidade;

Já no estágio (4) há a agregação dos antigos campineiros, bem como de seu território, à vida social, à identidade e ao ritmo imposto pela estrutura atual: Goiânia (5).

Tendo origem em (3), enfraquecido desde (4) e resgatado esporadicamente em (5), a luta pela preservação e memória de um tipo de *modo de ser campineiro* representa a revitalização de uma fase liminar⁸; a tomada de conhecimento de si (seja este os próprios escritores, bem como a sociedade goianiense que lê suas narrativas); a crítica e a antítese à estrutura social e ao paradigma da nova capital.

Considerações finais: o drama social narrado

As narrativas dos escritores locais revelam um drama social experimentado pelos moradores de Campinas durante as décadas de 1940, 50 e 60 – época da construção e consolidação de Goiânia como a nova capital de Goiás. O distúrbio causado por esse empreendimento sobre a vida social dos antigos campineiros, pode ser melhor compreendido ao se dividir o conflito em quatro fases (Turner, 1957 e 1974): i) Quebra, ii) Crise, iii) Operacionalização de mecanismos compensatórios/reparatórios, e iv) (Re)agregação do grupo dissidente à ordem estrutural.

Aqui, a quebra foi constituída pela fragmentação de um lugar (Campinas) que se via em unidade e capaz de criar fronteiras sociais, a partir da construção de Goiânia, cujos costumes sociais novos e modernos passaram a se opor ao tradicionalismo campineiro, e a ritmar a vida cotidiana dos moradores da antiga região.

Durante a crise, irrompe-se a rivalidade⁹ entre campineiros e goianienses expressa por um sentimento bairrista e por metáforas, as quais são utilizadas para a valorização da identidade dos primeiros em detrimento da identidade dos últimos. A nova cidade passa a ser concebida no imaginário local como uma tensão: Goiânia x Campinas.

Medidas formais (jurídico-legais) e informais (político-culturais) são tomadas visando conter a crise e reparar seus danos. Em 1936, Campinas se torna legalmente um bairro da capital. Há a transformação progressiva da região num bairro comercial, o que provoca um grande fluxo diário de goianienses para o local, além de fazer com que Campinas vá, conseqüentemente, se tornando uma referência varejista e atacadista em Goiânia. Além disso, políticos e autoridades goianienses passam a incentivar e promover festas anuais em comemoração ao aniversário da Campininha das Flores. Realizam-se apresentações

artísticas e musicais, cultos religiosos e homenagens a “campineiros tradicionais e ilustres”. Também há nessas ocasiões: lançamentos de livros contendo as recordações de antigos moradores, discursos políticos entusiasmados, bem como a transferência simbólica do poder executivo municipal para o bairro.

Por fim, através destes redressive mechanisms (que também podem ser vistos como rituais públicos que geram ordem), uma diminuição progressiva do bairrismo campineiro passou a ser notada, provocando assim uma constante e intensa agregação dos campineiros ao status de goianienses, e uma maior percepção de Goiânia como uma unidade física e cultural.

voltar ao topoReferências bibliográficas

CAMPOS, Itaney Francisco. Notícias históricas do Bairro de Campinas. Goiânia: Prefeitura Municipal; Assessoria Especial de Cultura, 1985.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Horieste. Lembranças da terrinha (Campininha). Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar. Goiânia: Ed. do Autor, 2001.

MELO, Ivo Pinto de. Do cofre da vida: causos de Campinas das Flores de Nossa Senhora da Conceição. Goiânia: Kelps, 1998.

PEREIRA, Ribirão. Remetente: Campinas, Praça A. Goiânia: Ed. Bandeirante, 2006.

TELES, José Mendonça. Crônicas da Campininha. Goiânia: Kelps, 2006.

_____. Crônicas de Mim. Goiânia: Kelps, 2008.

_____. Crônicas de Goiânia. Goiânia: Kelps, 2005.

TURNER, Victor. Schism and Continuity in an African Society: a study of ndembu village life. Manchester Univ. Press, 1957.

_____. Floresta de Símbolos: aspectos do ritual ndembu. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e de Arno Vogel. Niterói: EdUFF, [1967] 2005.

_____. Drama, fields and metaphors: symbolic action in human society. Ithaca and London: Cornell University Press, 1974.

[1] Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFG). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Camargo da Silva (PPGAS/UFG). Endereço para correspondência: Rua das Laranjeiras nº 139, Qd. 04 Lt. 22, Setor: Campinas. Goiânia-GO. CEP: 74520-060. E-mail: arthurpa@gmail.com

[2] Nome dado carinhosamente à região de Campinas por seus pioneiros e demais moradores, já no século XIX, devido às características de seu terreno e flora nativos.

[3] Afirmar Turner: “[...] como Van Gennep, Henri Junod e outros mostraram, os ritos de passagem não se limitam às crises de vida culturalmente definidas, mas podem acompanhar qualquer mudança de um estado para outro” (2005, p. 139).

[4] Na apresentação ao livro Notícias históricas do Bairro de Campinas (Campos, 1985), Leandro do Carmo nos lembra “que Campinas já contou num passado recente [com] cinco salas de cinema: Cine Tocantins (depois Cine Rio), Cine Campinas, Cine Avenida, Cine Eldorado e Cine Helena. Hoje seus numerosos habitantes não dispõem de nenhuma sala de exibição de filmes ou mesmo de uma sala que se preste para fins de apresentação artísticos-culturais [sic]” (p. 10).

[5] Ver o item “Campinas e Goiânia: a coexistência do orgulho e da rivalidade”, neste artigo.

[6] A construção de Goiânia inicia-se com as obras da Praça Cívica (antiga sede dos Poderes Municipal e Estadual) e em suas imediações (das casas dos políticos, funcionários públicos e suas famílias, ou daquelas do grande efetivo de operários que ergueram a capital).

[7] “[...] under favorable circumstances some structural form, generated long ago from a moment of communitas, may be almost miraculously liquified into a living form of communitas again” (Turner, 1974, p. 251).

[8] Segundo Turner: “In the social drama latent conflicts of interest become manifest” (1957, p. 93).

NOTAS

1. Nome dado carinhosamente à região de Campinas por seus pioneiros e demais moradores, já no século XIX, devido às características de seu terreno e flora nativos.

2. Afirmar Turner: “[...] como Van Gennep, Henri Junod e outros mostraram, os ritos de passagem não se limitam às crises de vida culturalmente definidas, mas podem acompanhar qualquer mudança de um estado para outro” (2005, p. 139).

3. Grifos meus em todas as citações.

4. Grifos meus em todas as citações.

5. Na apresentação ao livro Notícias históricas do Bairro de Campinas (Campos, 1985), Leandro do Carmo nos lembra “que Campinas já contou num passado recente [com] cinco salas de cinema: Cine Tocantins (depois Cine Rio), Cine Campinas, Cine Avenida, Cine Eldorado e Cine Helena. Hoje seus numerosos habitantes não dispõem de nenhuma sala de exibição de filmes ou mesmo de uma sala que se preste para fins de apresentação artísticos-culturais [sic]” (p. 10).

6. Ver o item “Campinas e Goiânia: a coexistência do orgulho e da rivalidade”, neste artigo.
 7. A construção de Goiânia inicia-se com as obras da Praça Cívica (antiga sede dos Poderes Municipal e Estadual) e em suas imediações (das casas dos políticos, funcionários públicos e suas famílias, ou daquelas do grande efetivo de operários que ergueram a capital).
 8. “[...] under favorable circumstances some structural form, generated long ago from a moment of communitas, may be almost miraculously liquified into a living form of communitas again” (Turner, 1974, p. 251).
 9. Segundo Turner: “In the social drama latent conflicts of interest become manifest” (1957, p. 93).
-

RESUMOS

Este artigo objetiva analisar o impacto conflituoso da construção de Goiânia (GO) sobre antigos moradores do bairro Campinas, durante os anos 1940, 50 e 60. Historicamente, Campinas se movimentou da condição de arraial (a partir de 1810), vila e município emancipado (em 1907) para, nos anos 1930, tornar-se apenas mais um dos bairros da nova capital de Goiás. Expresso através de sentimentos ora de orgulho, ora de rivalidade, o conflito simbólico surgido entre campineiros e goianienses foi retratado por alguns escritores locais por meio de suas memórias escritas. As fases e a sequência desse processo de distúrbio da vida social na região são investigadas a partir de conceitos como *drama social* e *liminaridade*, desenvolvidos pelo antropólogo Victor Turner.

This article aims to analyze the conflicting impact of Goiânia (GO) construction upon former residents of the neighborhood Campinas, during the 1940s, 50s and 60s. Historically, Campinas moved from the condition of camp (from 1810), village and emancipated municipality (in 1907) to, in 1930s, become just a district of Goiás' new capital. Sometimes expressed through feelings of pride and rivalry, the symbolic conflict arisen between “campineiros” and “goianienses” has been portrayed by some local writers through their memoirs. The phases and the sequence of this process of social disorder in the region are investigated based on concepts such as *social drama* and *liminality*, developed by anthropologist Victor Turner.

ÍNDICE

Keywords: Campinas, Goiânia, social drama, liminality, narratives

Palavras-chave: Campinas, Goiânia, drama social, liminaridade, narrativas

AUTOR

ARTHUR PIRES AMARAL

Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFG). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Camargo da Silva (PPGAS/UFG). Endereço para correspondência: Rua das Laranjeiras n° 139, Qd. 04 Lt. 22, Setor: Campinas. Goiânia-GO. CEP: 74520-060. E-mail: arthurpa@gmail.com